Confederalismo Democrático

Abdullah Öcalan

2011

Conteúdo

I – PREFÁCIO

Por mais de 30 anos, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) vem lutando pelos direitos legítimos do povo curdo. A nossa luta, a nossa batalha pela libertação transformou a questão curda em um problema internacional, que afetou todo o Oriente Médio e trouxe uma solução da questão curda capaz de ser alcançada.

Quando o PKK foi formado na década de 1970, o clima internacional ideológico e político se caracterizava pelo mundo bipolar da Guerra Fria e do conflito entre os campos socialista e capitalista. O PKK foi inspirado na época pelo surgimento de movimentos de descolonização em todo o mundo. Neste contexto, nós tentamos encontrar o nosso próprio caminho, de acordo com a situação específica de nossa terra. O PKK nunca considerou a questão curda como um mero problema de etnia ou nacionalidade. Em vez disso, nós acreditamos, foi o projeto de libertar a sociedade e democratizá-la. Desde a década de 1990, estes objetivos determinaram cada vez mais nossas ações.

Nós também reconhecemos um nexo de causalidade entre a questão curda e a dominação global pelo sistema capitalista moderno. Sem questionar e desafiar esta ligação, uma solução não seria possível. Caso contrário, só nos envolveríamos em novas dependências.

Até o momento, tendo em vista os problemas de etnicidade e nacionalidade, tais como os da questão curda, que tem as suas raízes profundas na história e nos fundamentos da sociedade, parecia haver apenas uma solução viável: a criação de um Estado-nação, que era o paradigma da modernidade capitalista naquele momento.

Nós não acreditamos, no entanto, que quaisquer projetos políticos pré-formulados seriam capazes de melhorar de forma sustentável a situação do povo do Oriente Médio. Não foram o nacionalismo e os Estados-nação que criaram tantos problemas no Oriente Médio?

Vamos, portanto, dar uma olhada mais de perto no contexto histórico desse paradigma e ver se podemos mapear uma solução que evite a armadilha do nacionalismo e se encaixe melhor à situação do Oriente Médio.

II – O ESTADO NAÇÃO

A. FUNDAMENTOS

Com a sedentarização, as pessoas começaram a formar uma ideia da área em que estavam vivendo, sua extensão e seus limites, que eram em sua maioria determinados pela natureza e características da paisagem. Clãs e tribos que haviam se estabelecido em uma determinada área e lá viveram por um longo período de tempo desenvolveram as noções de uma identidade comum e de terra nativa. Os limites entre o que as tribos viam como suas terras ainda não eram fronteiras nacionais. Comércio, culturas e línguas não se restringiam pelos limites territoriais. Fronteiras territoriais se mantiveram flexíveis durante um longo período. Estruturas feudais prevaleceram em quase toda parte e, ocasionalmente, monarquias dinásticas ou grandes impérios multi-étnicos levantavam-se, com alterações constantes de fronteiras, de diversas línguas e de comunidades religiosas, como o Império Romano, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano ou o Império Britânico. Eles sobreviveram por longos períodos de tempo e a muitas mudanças políticas porque sua base feudal permitiu-lhes distribuir o poder de forma flexível sobre um vasto leque de centros menores de poder secundário.

• ESTADO-NAÇÃO E PODER

Com o surgimento do Estado-nação, o comércio e as finanças almejaram participação política e, posteriormente, acrescentaram seus poderes às estruturas tradicionais do Estado. O desenvolvimento do Estado-nação, no início da Revolução Industrial, mais de duzentos anos atrás, andava de mãos dadas com o acúmulo descontrolado de capitais por um lado e a exploração sem obstáculos da população em rápido crescimento, por outro. A nova burguesia que surgiu desta revolução quis tomar parte nas decisões políticas e estruturas do Estado. O capitalismo, seu novo sistema econômico, assim, tornou-se um componente inerente do novo Estado-nação. O Estado-nação precisava da burguesia e do poder do capital, a fim de substituir a velha ordem feudal e sua ideologia que repousava sobre estruturas tribais e direitos herdados por uma nova ideologia nacionalista, que uniria todas as tribos e clãs sob o telhado da nação. Desta forma, o capitalismo e do Estado-nação tornaram-se tão intimamente ligadas entre si que nem poderiam ser imaginado existindo um sem o outro. Como consequência disso, a exploração não foi apenas sancionado pelo Estado, mas até mesmo incentivada e facilitada.

Mas, acima de tudo, o Estado-nação deve ser pensado como a forma máxima de poder. Nenhum dos outros tipos de estado tem tal capacidade de potência. Uma das principais razões para isso é que a parte superior da classe média tem sido ligada ao processo de monopolização de forma crescente. O Estado-nação em si é o mais completo e desenvolvido monopólio. É a mais desenvolvida união de monopólios como o comércio, a indústria, as finanças e o poder. Deve-se pensar no monopólio ideológico como uma parte indivisível do monopólio de poder.

• O ESTADO E SUAS RAÍZES RELIGIOSAS

As raízes religiosas do Estado já foram discutidas em detalhes (A. Ocalan, The Roots of Civilization, Londres, 2007). Muitas noções e conceitos políticos contemporâneos tem sua origem em conceitos ou estruturas religiosas ou teológicas. Na verdade, um olhar mais atento revela que a religião e o imaginário divino trouxeram as primeiras identidades sociais na história. Eles formaram a cola ideológica de muitas tribos e outras comunidades pré-Estado e definiram suas existências como comunidades.

Posteriormente, depois que as estruturas do Estado já estavam desenvolvidas, os tradicionais laços entre o Estado, o poder e a sociedade começaram a se enfraquecer. As sagradas e divinas ideias e práticas, que estavam presentes na origem da comunidade, cada vez mais perderam o seu significado para a identidade comum e foram, ao invés disso, transferidas para estruturas de poder como monarquias ou ditaduras. O Estado e seu poder foram derivados da vontade e lei divina e seu governante tornou-se rei, pela graça de Deus. Eles representavam o poder divino na Terra.

Hoje, a maioria dos Estados modernos se auto-intitulam seculares, alegando que os antigos laços entre religião e Estado foram cortados e que a religião não é mais uma parte do Estado. Esta é, sem dúvida, apenas metade da verdade. Mesmo que as instituições religiosas ou representantes do clero já não participem de decisões políticas e sociais, eles ainda influenciam nestas decisões da mesma forma como são influenciados pelas ideias e desenvolvimentos políticos e sociais. Portanto, o secularismo, ou laicismo, como é chamado na Turquia, ainda contém elementos religiosos. A separação entre Estado e religião é o resultado de uma decisão política. Ela não veio naturalmente. É por isso que mesmo hoje poder e Estado parecem ser algo dado, dado por Deus, podemos assim dizer. Noções como Estado secular ou poder secular permanecem ambíguas.

O Estado-nação também determinou uma série de atributos, tais como: nação, pátria, bandeira nacional, hino nacional, e diversos outros, que servem para substituir os antigos atributos religiosamente enraizados. Particularmente, noções como a unidade entre Estado e nação servem para transcender as estruturas políticas materiais e são, como tal, uma reminiscência da unidade entre pré-Estado e Deus. Ela foi colocada no lugar do divino.

Quando, em tempos passados, uma tribo subjugava outra tribo, seus membros tinham de adorar os deuses dos vencedores. Podemos, sem dúvida, chamar este processo de um processo de colonização, ou mesmo assimilação. O Estado-nação é um estado centralizado, com atributos quase-divinos, que desarmou completamente a sociedade e monopolizou o uso da força.

• BUROCRACIA E O ESTADO-NAÇÃO

Uma vez que o Estado-nação transcende sua base material, os cidadãos, ele assume uma existência para além das suas instituições políticas. Ele precisa de instituições adicionais a sua própria para proteger sua base ideológica, bem como suas estruturas jurídicas, econômicas e religiosas. A constante expansão da burocracia militar e civil custa caro e serve apenas para a preservação do próprio Estado que transcende, que por sua vez coloca a burocracia acima do povo.

Durante a modernidade europeia, o Estado teve todos os meios a sua disposição para expandir sua burocracia em todos os estratos da sociedade. Lá ele cresceu como um câncer, infectando todos os modos de vida da sociedade. Burocracia e Estado-nação não podem existir um sem o outro. Se Estado-nação é a espinha dorsal do capitalismo moderno, ele é certamente a jaula da sociedade natural. Sua burocracia assegura o funcionamento sem dificuldades do sistema, assegura a base da produção de bens e protege os lucros para os agentes econômicos relevantes, tanto em um Estado-Nação socialista-real[1] quanto em um Estado-Nação amigável-aos-negócios (business-friendly). O Estado-nação domestica a sociedade em nome do capitalismo e aliena a comunidade de seus princípios naturais. Qualquer análise destinada a localizar e resolver problemas sociais precisa considerar estes pontos.

• ESTADO-NAÇÃO E HOMOGENEIDADE

O Estado-nação, na sua forma original, visa à monopolização de todos os processos sociais. Diversidade e pluralidade tiveram de ser combatidas, abordagem esta que levou à assimilação e ao genocídio. Ele não só explora as ideias e o potencial de trabalho da sociedade e coloniza as cabeças das pessoas em nome do capitalismo, mas também assimila todos os tipos de ideias e culturas, espirituais e intelectuais, a fim de preservar a sua própria existência. Tem como objetivo a criação de uma única cultura nacional, uma única identidade nacional, e uma comunidade religiosa unificada. Assim, também reforça a cidadania homogênea. A noção de cidadão foi criada como resultado da busca de tal homogeneidade. A cidadania na modernidade nada mais é do que a transição feita da escravidão privada à escravidão pelo Estado. O capitalismo não pode alcançar lucro sem tais exércitos de escravos modernos. A sociedade nacional homogênea é a sociedade mais artificial que já foi criada e é o resultado do "projeto de engenharia social".

Essas metas são geralmente realizadas pelo uso da força ou por incentivos financeiros e muitas vezes resultaram na aniquilação física das minorias, culturas, línguas ou na assimilação forçada. A história dos últimos dois séculos está cheia de exemplos que ilustram as tentativas violentas de criação de uma nação que corresponda à imaginária realidade de um verdadeiro Estado-nação.

• ESTADO-NAÇÃO E SOCIEDADE

Costuma-se dizer que o Estado-nação está preocupado com o destino das pessoas comuns. Isso não é verdade. Pelo contrário, o Estado-nação é o gerente nacional do sistema capitalista mundial, um vassalo da modernidade capitalista mais profundamente entrelaçado nas estruturas do capital do que nós geralmente tendemos a assumir: é uma colônia do capital. Independentemente do quão nacionalista o Estado-nação possa apresentar-se, ele serve da mesma forma aos processos capitalistas de exploração. Não há outra explicação para as horríveis guerras de redistribuição[2] da modernidade capitalista. Assim, o Estado-nação não está ao lado das pessoas comuns - é um inimigo dessas pessoas.

[1] Termo usado para referir-se a Estados-nação que se dizem socialistas em oposição ao socialismo-ideal, que seria aquele que não foi posto em prática.

[2] Guerras em que o atacante minimiza suas baixas e maximiza as baixas em quem ele ataca, jogando bombas em vez de usar tropas em solo.

As relações entre os Estados-nação e os monopólios internacionais são coordenadas pelos diplomatas do Estado-nação. Sem o reconhecimento por outros Estados-nação, nenhum deles poderia sobreviver. A razão pode ser encontrada na lógica do sistema capitalista mundial. Os Estados-nação que deixam a falange do sistema capitalista serão sobrepujados pelo mesmo destino que o regime de Saddam no Iraque experimentou, ou serão postos de joelhos por meio de embargos econômicos.

Vamos agora inferir algumas características do Estado-nação a partir do exemplo da República da Turquia.

B. PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO-NAÇÃO

No passado, a história dos Estados foi muitas vezes equiparada com a história de seus governantes, o que lhes concedeu qualidades quase divinas. Essa prática mudou com o surgimento do Estado-nação. Agora, todo o Estado foi idealizado e elevado a um nível divino.

• NACIONALISMO

Assumindo que iremos comparar o Estado-nação a um deus vivo, então o nacionalismo seria correspondente à religião. Apesar de alguns elementos aparentemente positivistas, Estado-nação e nacionalismo mostram características metafísicas. Neste contexto, o lucro capitalista e a acumulação de capital aparecem como categorias envoltas em mistério. Há uma rede de relações contraditórias por trás desses termos que se baseia na força e exploração. Seu esforço por poder hegemônico serve à maximização dos lucros. Neste sentido, o nacionalismo aparece como uma justificativa quase religiosa. A sua verdadeira missão, no entanto, é o seu serviço ao Estado-nação virtualmente divino e sua visão ideológica que permeia todas as áreas da sociedade. Arte, ciência e conscientização social: nenhuma delas é independente. Portanto, um verdadeiro iluminismo intelectual precisa de uma análise fundamentada destes elementos da modernidade.

• CIÊNCIA POSITIVISTA

O paradigma de uma ciência positivista ou descritiva constitui outro pilar ideológico do Estado-nação. Ela alimenta a ideologia nacionalista, mas também o laicismo, que tomou a forma de uma nova religião. Por outro lado, é um dos fundamentos ideológicos da modernidade e seus dogmas influenciaram as bases das ciências sociais. O positivismo pode ser circunscrito como uma abordagem filosófica que é estritamente limitada à aparência das coisas, o que equivale à própria realidade. Uma vez que, no positivismo, a aparência é a realidade, nada que não tem aparência pode ser parte da realidade. Sabemos da física quântica, astronomia e alguns campos da biologia, até mesmo da essência do pensamento em si, que a realidade ocorre em mundos que estão além de eventos observáveis. Em verdade, o relacionamento entre o observado e o observador tem mistificado a si mesmo, a ponto de já não caber qualquer escala física ou definição. O positivismo nega isso e, portanto, até certo ponto, se assemelha à adoração de ídolos dos tempos antigos, onde o ídolo constitui a imagem da realidade.

• SEXISMO

Outro pilar ideológico do Estado-nação é o sexismo, que permeia toda a sociedade. Muitos sistemas civilizados tem empregado o sexismo a fim de preservar seu próprio poder. Eles impuseram a exploração das mulheres e as usaram como uma valiosa reserva de mão de obra barata. As mulheres também são consideradas como um recurso valioso uma vez que elas produzem a prole e provem a reprodução humana. Assim, a mulher é tanto um objeto sexual quanto uma mercadoria. Ela é uma ferramenta para a preservação do poder masculino e pode, no melhor dos casos, se tornar um acessório da sociedade masculina patriarcal.

Por um lado, o sexismo da sociedade de um Estado-nação reforça o poder dos homens; por outro lado o Estado-nação transforma sua sociedade em uma colônia de exploração de mulheres. Assim, as mulheres também podem ser consideradas como uma nação explorada.

No decorrer da história da civilização, o patriarcado consolidou o quadro tradicional das hierarquias, as quais no Estado-nação são abastecidas pelo sexismo. O sexismo socialmente enraizado é como o nacionalismo, um produto ideológico do Estado-nação e do poder. O sexismo socialmente enraizado não é menos perigoso que o capitalismo. O patriarcado, no entanto, tenta esconder estes fatos a qualquer custo. Isso é compreensível, tendo em vista o fato de que todas as relações de poder e ideologias estatais são alimentadas por conceitos e comportamentos sexistas. Sem a repressão das mulheres, a repressão de toda a sociedade não é concebível. O sexismo na sociedade do Estado-nação, enquanto por um lado dá ao homem a potência máxima, por outro lado torna a sociedade, para a mulher, a pior colônia de todas. Assim, a mulher é a colônia nacional histórica da sociedade, que obteve a pior posição dentro do Estado-nação. Todas as ideologias de poder e de Estado decorrem de atitudes e comportamentos sexistas. A escravidão da mulher é a mais profunda e disfarçada questão social, onde todos os tipos de escravidão, opressão e colonização são realizadas. O capitalismo e o Estado-nação agem com plena consciência disso. Sem a escravidão da mulher, nenhum dos outros tipos de escravidão podem existir e muito menos se desenvolver. O capitalismo e o Estado-nação representam a mais institucionalizada dominação masculina. Direto e sem rodeios: o capitalismo e o Estado-nação são os monopólios dos homens despóticos e exploradores.

• RELIGIOSIDADE

Mesmo que aja aparentemente como um Estado laico, o Estado-nação faz não se faz de rogado em usar uma mistura de nacionalismo e religião para seus fins. A razão é simples: a religião ainda desempenha um papel importante em algumas sociedades ou parte delas. Em particular, o Islã é muito engenhoso a este respeito.

No entanto, a religião na modernidade deixa de desempenhar seu papel tradicional. Quer se trate de uma crença radical ou moderada, a religião no Estado-nação deixou de ter uma missão na sociedade. Ela só pode fazer o que é permitido pelo Estado-nação. Sua ainda existente influência e sua funcionalidade, que podem ser mal utilizadas para a promoção do nacionalismo, são aspectos interessantes para o Estado-nação. Em alguns casos, a religião toma o papel do nacionalismo. O Shi'ah do Irã é uma das mais poderosas armas ideológicas do Estado iraniano. Na Turquia, a ideologia sunita desempenha um papel semelhante, mas mais limitado.

C. OS CURDOS E O ESTADO-NAÇÃO

Após a breve introdução anterior sobre o Estado-nação e seus princípios ideológicos, agora veremos porque a fundação de um Estado-nação independente curdo não faz sentido para os curdos.

Nas últimas décadas, os curdos não só lutaram contra a repressão pelas potências dominantes e pelo o reconhecimento de sua existência, mas também pela libertação de sua sociedade do controle do feudalismo. Por isso, não faz sentido substituir as antigas correntes por novas, ou mesmo aumentar a repressão. Isto é o que a fundação de um Estado-nação significaria no contexto da modernidade capitalista. Sem oposição contra a modernidade capitalista, não haverá lugar para a libertação dos povos. É por isso que a fundação de um Estado-nação curdo não é uma opção para mim.

Pedir por um estado-nação separado resulta dos interesses da classe dominante ou dos interesses da burguesia, mas não reflete os interesses do povo, uma vez que a criação de outro estado só criaria mais injustiças e reduziria ainda mais o direito à liberdade.

A solução para a questão curda, portanto, precisa ser encontrada em uma abordagem que enfraqueça o capitalismo moderno ou o rechace. Há razões históricas, particularidades sociais e desenvolvimentos reais, bem como o fato de que as áreas de assentamentos curdos se estendem sobre territórios de quatro países diferentes, que tornam uma solução democrática indispensável. Além disso, há também o importante fato de que todo o Oriente Médio sofre de um deficit de democracia. Graças à situação geoestratégica das áreas dos assentamentos curdos, projetos democráticos curdos de sucesso prometem avançar a democratização do Oriente Médio no geral. Chamemos este projeto democrático de confederalismo democrático.

III- CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO

Esse tipo de organização ou administração pode ser chamado de administração política não-estatal ou de uma democracia sem Estado. Processos democráticos de tomada de decisão não devem ser confundidos com os processos conhecidos da administração pública. Estados apenas administram, enquanto democracias governam. Estados são fundamentados no poder; democracias baseiam-se no consenso coletivo. Os cargos administrativos no Estado são determinada por decreto, mesmo que possa ser, em parte legitimada por eleições. Democracias usam eleições diretas. O Estado utiliza a coerção como meio legítimo. Democracias sustentam-se na participação voluntária.

O confederalismo democrático está aberto em relação a outros grupos políticos e facções. É flexível, multi-cultural, anti-monopolista, e orientado para o consenso. Ecologia e feminismo são pilares centrais. No quadro deste tipo de auto-administração, uma economia alternativa se tornará necessária, o que aumentará os recursos da sociedade, em vez de explorá-los e, assim, fará justiça às múltiplas necessidades da sociedade.

A. A PARTICIPAÇÃO E A DIVERSIDADE NO PANORAMA POLITICO

A composição contraditória da sociedade necessita de grupos políticos com ambas as formações: vertical e horizontal. Grupos centrais, regionais e locais precisam ser equilibrados desta forma. Somente eles, cada um por si só, são capazes de lidar com a sua situação especifica e concreta e desenvolver soluções adequadas para problemas de grande alcance social. É um direito natural expressar sua identidade nacional, cultural, e étnica com a ajuda de associações políticas. No entanto, esse direito precisa de uma sociedade politizada e ética. Quer seja o Estado-nação, república ou democracia – o confederalismo democrático está aberto para compromissos em relação a tradições governamentais ou de Estado. Ele permite a coexistência igualitária.

B. O PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE E O ACÚMULO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO

Novamente, o confederalismo democrático sustenta-se sobre a experiência histórica da sociedade e do seu patrimônio colectivo. Não é um sistema político moderno arbitrário, mas pelo contrario, acumula história e experiência. Ele é a cria da vida na sociedade.

O Estado orienta-se continuamente para o centralismo, a fim de perpetuar os interesses dos monopólios de poder. Exatamente o oposto é verdadeiro para o confederalismo. Não os monopólios,

mas a sociedade está no centro do foco político. A estrutura heterogênea da sociedade está em contradição com todas as formas de centralismo. Um nítido centralismo só resulta em revoltas sociais.

Pela memoria popular, as pessoas sempre formaram grupos descentralizados de clãs, tribos ou outras comunidades com qualidades federativas. Dessa forma, eles foram capazes de preservar sua autonomia interna. Mesmo o governo central dos impérios utilizavam diversos métodos de auto-administração para suas diferentes partes, o que inclui as autoridades religiosas, conselhos tribais, reinos, e até mesmo repúblicas. Por isso, é importante entender que os impérios mesmo aparentemente centralistas seguiam uma estrutura organizacional confederada. O modelo centralista não é um modelo administrativo desejado pela sociedade. Em vez disso, ele tem a sua fonte na preservação do poder dos monopólios.

C. ÉTICA E CONSCIENTIZAÇÃO POLITICA

A classificação da sociedade em categorias e termos seguindo um certo padrão é produzido artificialmente pelos monopólios capitalistas. O que conta em uma sociedade como esta não é o que você é, mas o que você aparenta ser. A alienação da sociedade de sua própria existência encoraja a não participação ativa, uma reação que é muitas vezes chamada de desencanto com a política. No entanto, as sociedades são, essencialmente, políticas e orientadas por valores. Monopólios econômicos, políticos, ideológicos e militares são construções que contradizem a natureza da sociedade por apenas se esforçarem para a acumulação de supérfluos. Eles não criam valores. Uma revolução também não pode criar uma nova sociedade. Ela só pode influenciar a teia ética e política de uma sociedade. Qualquer outra coisa esta a critério da base ética da sociedade politizada.

Eu já mencionei que a modernidade capitalista impõe a centralização do Estado. Os centros de poder político e militar no seio da sociedade têm sido privados de sua influência. O Estado-nação como um substituto moderno da monarquia deixou para trás uma sociedade enfraquecida e sem defesa. A este respeito, a ordem jurídica e a paz pública só implicam no domínio de classe da burguesia. O poder se constitui no Estado central e torna-se um dos paradigmas administrativos fundamentais da modernidade. Isso coloca o Estado-nação em contraste com a democracia e o republicanismo.

Nosso projeto de "modernidade democrática" entende-se como um projeto alternativo para a modernidade como a conhecemos. Baseia-se no confederalismo democrático como um paradigma político fundamental. A modernidade democrática é o telhado de uma sociedade política baseada na ética. Enquanto cometermos o erro de acreditar que as sociedades tem de ser entidades monolíticas homogêneas, será difícil entender o confederalismo. A história da modernidade é também uma história de quatro séculos de genocídio cultural e físico em nome de uma sociedade imaginariamente unitária. O confederalismo democrático como categoria sociológica é a contrapartida desta história e repousa sobre a vontade de lutar, se necessário, bem como sobre a diversidade étnica, cultural e política.

A crise do sistema financeiro é uma consequência inerente ao Estado-nação capitalista. No entanto, todos os esforços dos neoliberais para alterar o Estado-nação permaneceram sem êxito. O Oriente Médio fornece exemplos instrutivos.

D. CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E UM SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Em contraste com uma compreensão centralista e burocrática de administração e exercício do poder, o confederalismo representa um tipo de auto-administração política, onde todos os grupos da sociedade e todas as identidades culturais podem expressar-se em reuniões locais, convenções gerais e conselhos. Esse entendimento da democracia abre o espaço político para todos os estratos da sociedade e permite a formação de grupos políticos diferentes e diversificados. Desta forma, também aumenta a integração política da sociedade como um todo. A política torna-se uma parte da vida cotidiana. Sem a política, a crise do Estado não pode ser resolvida, uma vez que a crise é alimentada pela falta de representação da sociedade política. Termos como federalismo ou auto-administração, na forma que podem ser encontrados nas democracias liberais, precisam ser novamente concebidos. Essencialmente, eles não devem ser concebidos como os níveis hierárquicos da administração do Estado-nação, mas sim como ferramentas centrais de expressão e participação social. Isso, por sua vez, vai aumentar a politização da sociedade. Nós não precisamos de grandes teorias aqui, o que precisamos é a vontade de dar expressão às necessidades sociais, através do reforço estrutural da autonomia dos atores sociais e criar as condições para a organização da sociedade como um todo. A criação de um nível operacional onde todos os tipos de grupos sociais e políticos, comunidades religiosas, ou tendências intelectuais podem expressar-se diretamente em todos os processos de tomada de decisões locais também pode ser chamado de democracia participativa. Quanto mais forte a participação, mais poderoso é este tipo de democracia. Enquanto o Estado-nação está em contraste com a democracia, e até mesmo a nega, o confederalismo democrático constitui um processo democrático contínuo.

Os atores sociais, sendo cada um uma unidade federativa, são as células germinativas da democracia participativa. Eles podem combinar-se e associar-se em novos grupos e confederações, de acordo com a situação. Cada uma das unidades políticas envolvidas na democracia participativa é essencialmente democrática. Desta forma, o que chamamos de democracia é então a aplicação de processos democráticos de tomada de decisões a partir do nível local para o nível global, no âmbito de um processo político contínuo. Este processo vai afetar a estrutura da teia social, em contraste com a luta do Estado-nação pela homogeneidade, uma construção que só pode ser realizada pela força, provocando assim a perda da liberdade.

Já abordei o ponto que o nível local é o nível em que as decisões são tomadas. No entanto, o pensamento que leva a estas decisões tem de estar em sintonia com as questões globais. Precisamos nos tornar conscientes do fato de que mesmo as aldeias e bairros urbanos requerem estruturas confederadas. Todas as áreas da sociedade precisam ser dadas à auto-administração, todos os níveis destas precisam ser livres para participarem.

E. CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E AUTO-DEFESA

Essencialmente, o Estado-nação é uma entidade militar estruturada. Os Estados-nação são, eventualmente, os produtos de todos os tipos de guerra interna e externa. Nenhum dos Estados-nação existentes passou a existir por si só. Invariavelmente, eles têm um histórico de guerras. Este processo não se limita à sua fase de fundação, mas, em vez disso, ele constrói sobre a militarização de toda a sociedade. A liderança civil do Estado é apenas um acessório do aparato militar. Mesmo as democracias liberais, fazem isso, porém pintando suas estruturas militaristas em cores democráticas e liberais. No entanto, isso não os impede de buscar soluções autoritárias no ápice de uma crise causada pelo próprio sistema. O exercício do poder fascista é a natureza do Estado-nação. O fascismo é a forma mais pura do Estado-nação.

Esta militarização só pode ser rechaçada com a ajuda da auto-defesa. Sociedades sem qualquer mecanismo de autodefesa perdem suas identidades, suas capacidades de tomada de decisão democrática e suas naturezas políticas. Portanto, a auto-defesa de uma sociedade não está limitada à dimensão militar. Pressupõe também a preservação de sua identidade, a sua própria consciência política e um processo de democratização. Só então poderemos falar de auto-defesa.

Neste contexto, o confederalismo democrático pode ser chamado de um sistema de auto-defesa da sociedade. Só com a ajuda de redes confederadas pode haver uma base para se opor à dominação global dos monopólios e do militarismo dos Estados-nação. Contra a rede de monopólios, devemos construir uma igualmente forte rede de confederações sociais.

Isto significa, em particular, que o paradigma social do confederalismo não envolve um monopólio militar para as forças armadas, que só tem a tarefa de garantir a segurança interna e externa. Elas estão sob o controle direto das instituições democráticas. A própria sociedade deve ser capaz de determinar suas funções. Uma de suas tarefas será a defesa do livre-arbítrio da sociedade a partir de intervenções internas e externas. A composição da liderança militar precisa ser determinada em termos e partes iguais por ambos as instituições políticas e os agrupamentos confederados.

F. CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO VERSUS A BUSCA PELA HEGEMONIA

No confederalismo democrático não há espaço para qualquer tipo de esforço hegemônico. Isto é particularmente verdadeiro no campo da ideologia. A hegemonia é um princípio que é geralmente seguido pelo tipo clássico de civilização. As civilizações democráticas rejeitam poderes e ideologias hegemônicos. Quaisquer formas de expressão que ultrapassem as fronteiras da auto-gestão democrática iriam levar a auto-administração e a liberdade de expressão *ad absurdum*. O manejo coletivo de questões da sociedade precisa de compreensão, respeito a opiniões divergentes e formas democráticas de tomada de decisão. Isso está em contraste com a ideia de liderança na modernidade capitalista, onde as decisões burocráticas de caráter arbitrário do Estado-nação são diametralmente opostas à liderança democrática-confederada em coerência com princípios éticos. No confederalismo democrático, instituições de liderança não precisam de legitimação ideológica. Assim, não é preciso buscar a hegemonia.

G. ESTRUTURAS DEMOCRÁTICAS CONFEDERADAS EM UMA ESCALA GLOBAL

Embora no confederalismo democrático o foco esteja no nível local, a organização global em confederalismo não está excluída. Ao contrário, é preciso construir-se uma plataforma de sociedades civis nacionais em termos de assembleias confederadas, opondo-se à Organização das Nações Unidas, que é uma associação de Estados-nação sob a liderança dos super-poderes. Desta forma, podemos obter melhores decisões com vista à paz, ecologia, justiça e produtividade no mundo.

H. CONCLUSÃO

O confederalismo democrático pode ser descrito como uma espécie de auto-administração, em contraste com a administração pelo Estado-nação. No entanto, em certas circunstâncias, a convivência pacífica é possível, desde que o Estado-nação não interfira com as questões centrais da auto-administração. Todas essas intervenções chamariam para a auto-defesa da sociedade civil.

O confederalismo democrático não está em guerra com qualquer Estado-nação, mas não vai ficar de braços cruzados com os esforços de assimilação. Um tomada revolucionária ou a fundação de um novo Estado não criam uma mudança sustentável. No longo prazo, liberdade e justiça só podem ser realizadas dentro de um processo dinâmico, democrático-confederado.

Nem a rejeição total nem o reconhecimento total do Estado são úteis para os esforços democráticos da sociedade civil. A superação do Estado, particularmente o Estado-nação, é um processo de longo prazo.

O Estado vai ser superado quando o confederalismo democrático provar as suas capacidades de resolução de problemas, com vista a questões sociais. Isso não significa, porém, que os ataques dos Estados-nação devem ser aceitos. Confederações democráticas vão manter forças de autodefesa em todos os momentos. Confederações democráticas não serão limitadas a organizarem-se dentro de um único território particular. Elas se tornarão confederações transfronteiriças quando as sociedades em questão assim desejarem.

IV- PRINCÍPIOS DO FEDERALISMO DEMOCRÁTICO

-

O direito de autodeterminação dos povos inclui o direito a um Estado próprio. No entanto, a fundação de um Estado não aumenta a liberdade de um povo. O sistema das Nações Unidas, que é baseado em Estados-nação, tem permanecido ineficiente. Enquanto isso, os Estados-nação tornaram-se sérios obstáculos para qualquer desenvolvimento social. O confederalismo democrático é o paradigma contrastante das pessoas oprimidas.

-

Confederalismo democrático é um paradigma social Sem-Estado. Ele não é controlado por um Estado. Ao mesmo tempo, o confederalismo democrático é o modelo cultural e organizacional de uma nação democrática.

-

O confederalismo democrático se baseia na participação popular. Seus processos de tomada de decisão se dão nas comunidades. Os níveis mais altos de decisão só servem à coordenação e implementação da vontade das comunidades, que enviam seus delegados às assembleias gerais. Pelo limitado espaço de tempo, estas são instituições tanto porta-vozes quanto executivas. No entanto, o poder de decisão cabe às instituições de base locais.

-

No Oriente Médio, a democracia não pode ser imposta pelo sistema capitalista e seus poderes imperialistas, que só prejudicam a democracia. A propagação da democracia de base é fundamental. É a única abordagem que pode lidar com diversos grupos étnicos, religiões e diferenças de classe. Ela também se da bem com a estrutura social tradicional de confederação.

-

O confederalismo democrático no Curdistão é também um movimento antinacionalista. Destina-se a realização do direito de autodefesa dos povos pelo avanço da democracia em todas as partes do Curdistão, sem questionar a existência das fronteiras políticas. Seu objetivo não é a fundação de uma nação curda. O movimento pretende estabelecer estruturas federativas no Irã, Turquia, Síria e Iraque, abertas para todos os curdos e, ao mesmo tempo, formar uma confederação comum para todas as quatro partes do Curdistão.

V – PROBLEMA DO POVO NO ORIENTE MÉDIO E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA SOLUÇÃO

A questão nacional não é um fantasma da modernidade capitalista. No entanto, foi a modernidade capitalista que impôs a questão nacional na sociedade. A nação substituiu a comunidade religiosa. No entanto, a transição para uma sociedade nacional precisa superar a modernidade capitalista se a nação não quiser manter o disfarce dos monopólios repressivos.

Tão negativa for a ênfase na categoria de nação no Oriente Médio, tão graves serão as consequências de se negligenciar o aspecto colectivo nacional. Por isso, o método de tratamento da questão não deve ser ideológico, mas científico e não-estatal, com base no conceito de nação democrática e comunalismo democrático. Os conteúdos de tal abordagem são os elementos fundamentais da modernidade democrática.

Nos últimos dois séculos, o nacionalismo e a tendência para Estados-nação tem sido alimentadas nas sociedades do Oriente Médio. As questões nacionais não foram resolvidas, mas sim tem sido agravadas em todas as áreas da sociedade. Ao invés de cultivar a competição produtiva do capital, impõe guerras internas e externas em nome do Estado-nação.

A teoria do comunalismo seria uma alternativa ao capitalismo. No âmbito das nações democráticas que não buscam monopólios de poder, o comunalismo pode levar à paz para uma região que tem sido apenas o campo de guerras sangrentas e genocídios.

Neste contexto, podemos falar das quatro nações maioritárias: árabes, persas, turcos e curdos. Eu não gostaria de dividir as nações em maioria ou minoria, pois não acho que isso seja apropriado. Mas, devido a considerações demográficas falarei das nações maioritárias. No mesmo contexto, também poderemos utilizar o termo nações minoritárias.

1. Há mais de vinte Estados-nações árabes que dividem a comunidade árabe e danificam suas sociedades por guerras. Este é um dos principais fatores responsáveis pela alienação de valores culturais e da desesperança aparente da questão nacional árabe. Estes Estados-nação nem sequer foram capazes de formar uma comunidade econômica transnacional. Eles são a principal razão da situação problemática da nação árabe. Um nacionalismo tribal com motivação religiosa, juntamente com uma sociedade patriarcal sexista permeia todas as áreas da sociedade, resultando em nítido conservadorismo e obediência servil. Ninguém acredita que os árabes serão capazes de encontrar uma solução árabe-nacional para os seus problemas internos e transnacionais. No entanto, a democratização e uma abordagem comunalista podem fornecer esta solução. Sua fraqueza em relação a Israel, que os Estados-nação árabes consideram como um concorrente, não é apenas o resultado do apoio internacional das potências hegemônicas. Pelo contrário, é o resultado de instituições democráticas fortes e comunais internas de Israel. Durante o último século, a sociedade da nação árabe foi enfraquecida pelo nacionalismo radical e pelo islamismo. No entanto, se eles são capazes de unir o socialismo comum que não é algo estranho para eles com o entendimento de uma nação democrática, então talvez eles possam ser capazes de encontrar para si uma solução segura a longo prazo.

2. Os turcos e turcomanos formam outra nação influente. Eles compartilham de um entendimento semelhante de poder e ideologia com os árabes. Eles são rigorosos nacionalistas-estatistas e tem um nacionalismo religioso e racial profunda gravado neles. De um ponto de vista sociológico, os turcos e turcomanos são bastante diferentes. As relações entre os turcos e a aristocracia turca lembram as relações tensas entre beduínos e a aristocracia árabe. Eles formam um estrato cujos interesses são compatíveis com a democracia e o comunalismo. Os problemas nacionais são bastante complexos. O poder busca o Estado-nação; e o nítido nacionalismo e uma sociedade patriarcal sexista prevalecem e criam uma sociedade muito conservadora. A família é considerada a menor célula do estado. Tanto os indivíduos como as instituições adotaram isto. Comunidades turcas e turcomanos lutam pelo poder. Outros grupos étnicos são submetidos a uma nítida política de subjugação. As estruturas centralistas de poder do Estado-nação turco e a ideologia oficial rígida tem impedido uma solução para a questão curda até hoje. A sociedade é levada a acreditar que não há alternativas para o Estado. Não há equilíbrio entre o individual e o Estado. A obediência é considerada como a maior virtude. Em contraste com isso, a teoria da modernidade democrática oferece uma abordagem adequada a todas as comunidades na Turquia para resolver seus problemas. O projeto de uma confederação democrática turca baseada na comunidade iria tanto reforçar a sua unidade interna quanto criar as condições para uma coexistência pacífica com seus vizinhos. As fronteiras tem perdido o seu antigo significado quando se trata de unidade social. Apesar dos limites geográficos, instrumentos modernos de comunicação permitem uma união virtual entre os

indivíduos e as comunidades, onde quer que estejam. A confederação democrática das comunidades turcas poderia ser uma contribuição para a paz mundial e para o sistema da modernidade democrática.

3. A sociedade nacional curda é muito complexa. Os curdos são a maior nação sem Estado próprio do mundo. Eles tem se estabelecido em seus atuais áreas de assentamento desde o Neolítico. Agricultura e criação de gado, bem como a sua disponibilidade para se defender utilizando as vantagens geográficas de sua terra natal montanhosa ajudaram os curdos a sobreviver como um povo nativo. A questão nacional curda sustenta-se a no fato de que a eles tem sido negado o direito à nacionalidade. Outros tentaram assimilá-los, aniquilá-los, e, no final, negar-lhes a existência. Não ter um Estado próprio tem vantagens e desvantagens. As excrescências de civilizações baseados no estado só foram tomadas em até um certo limite. Isso pode ser um benefício na realização de conceitos sociais alternativos para além da modernidade capitalista. Sua área de assentamento é dividida por fronteiras nacionais dos quatro países e reside em uma região geo-estrategicamente importante, proporcionando assim aos curdos uma vantagem estratégica. Os curdos não tem chance de formar uma sociedade nacional através do uso do poder de Estado. Embora exista uma entidade política curdo hoje no Iraque-Curdistão, não é um Estado-nação, mas sim uma entidade para-estatal.

O Curdistão também havia sido o lar de minorias armênias e aramaicas, antes destas terem sido vítimas de genocídios. Há também pequenos grupos de árabes e turcos. Ainda hoje existem muitas religiões e crenças diferentes que vivem lado a lado. Há também rudimentos de um clã e da cultura tribal, enquanto não há quase nenhuma presença de cultura urbana.

Todas estas propriedades são uma bênção para novas formações políticas democráticas. Cooperativas comunais em agricultura e também na economia de água e no setor de energia oferecem-se como formas ideais de produção. A situação também é favorável para o desenvolvimento de uma sociedade ético-política. Até mesmo a ideologia patriarcal é menos profundamente enraizada aqui do que nas sociedades vizinhas. Isso é benéfico para o estabelecimento de uma sociedade democrática onde a liberdade e a igualdade das mulheres formam um dos principais pilares. Também oferece as condições para a criação de uma nação propícia ao ambiente democrático, de acordo com o paradigma da modernidade democrática. A construção de uma nação democrática com base em identidades multinacionais é a solução ideal, quando comparada com o beco sem saída que é o Estado-nação. Esta entidade emergente poderia tornar-se um modelo para todo o Oriente Médio e ampliar-se para os países vizinhos. Convencer as nações vizinhas desse modelo deve mudar o destino do Oriente Médio, e reforçará a chance da modernidade democrática criar uma alternativa. Neste sentido, portanto, a liberdade dos curdos e a democratização da sua sociedade seria sinônimo de liberdade de toda a região e suas sociedades.

4. As razões para os problemas de hoje das nações persa ou iraniana podem ser encontrada nas intervenções de civilizações históricas e do capitalismo moderno. Apesar de sua identidade original ter sido o resultado das tradições zoroastra e mitraica, estas tem sido anuladas por um derivado do Islã. O maniqueísmo que emergiu como a síntese do judaísmo, cristianismo e mohammedismo com a filosofia grega não foi capaz de prevalecer contra a ideologia da civilização oficial. De fato, não foi capaz de estimular a tradição da rebeldia. A tradição islâmica foi, portanto, convertida no ramo Shi'ah[3] e esta foi adotada como a sua mais recente ideologia civilizacional. Atualmente, existem esforços para modernizar-se, passando os elementos do capitalismo moderno através do filtro Shi'ah.

A sociedade iraniana é multi-étnica e multi-religiosa e abençoada com uma cultura rica. Todas as identidades nacionais e religiosas do Oriente Médio podem ser encontradas lá. Esta diversidade está em forte contraste com a afirmação hegemônica da teocracia, que cultiva um nacionalismo religioso sutil, e a classe dominante não abre mão da propaganda anti-modernista sempre que esta serve aos seus interesses. Tendências revolucionárias e democráticas foram integradas pela civilização tradicional. Um regime despótico habilmente governa o país. Os efeitos negativos das sanções americanas e europeias não são desprezíveis aqui.

Apesar dos fortes esforços centralistas no Irã, já existe algum tipo de federalismo pelas bases. Quando os elementos da civilização democrática e os elementos federalistas incluindo azeris, curdos, baluchis, árabes e turcomanos se cruzam, o projeto de uma "Confederação Democrática do Irã" pode surgir e tornar-se atraente. O movimento de mulheres e as tradições comunais terão um papel especial aqui.

[3] É o segundo maior ramo do Islamismo.

5. A questão nacional armênia contém uma das maiores tragédias que o progresso do capitalismo moderno trouxe ao Oriente Médio. Os armênios são um povo muito antigo. Eles compartilharam muito de sua área de assentamento com os curdos. Enquanto os curdos vivem principalmente da agricultura e pecuária, os armênios se envolvem em artes e ofícios. Assim como os curdos, os armênios cultivaram uma tradição de auto-defesa. Além de alguns curtos episódios, os armênios nunca fundaram com sucesso um Estado. Eles contam com a cultura cristã, que lhes dá sua identidade e sua fé na salvação. Por causa de sua religião, muitas vezes sofreram repressão nas mãos da maioria muçulmana. Por isso, o nacionalismo emergente deu frutos com a burguesia armênia. Logo houve diferenças com os nacionalistas turcos, terminando no genocídio dos armênios pelos turcos.

Além dos judeus, os armênios são o segundo maior povo que vive primordialmente na Diáspora. A fundação de um Estado armênio no oeste do Azerbaijão, no entanto, não resolveu a questão nacional armênia. As consequências do genocídio dificilmente podem ser colocadas em palavras. A busca pelo país perdido define sua psique nacional e está no cerne da questão armênia. O problema é agravado pelo fato de que estas áreas foram ocupadas por outras pessoas desde então. Quaisquer conceitos baseados em um Estado-nação não podem oferecer uma solução. Não há uma estrutura de populacional homogênea lá e nem quaisquer fronteiras claras, como é exigido pela modernidade capitalista. O pensamento de seus adversários pode ser fascista; no entanto, isso não é suficiente para apenas trazer o genocídio à mente de alguém. Estruturas confederadas poderiam ser uma alternativa para os armênios.

A fundação de uma nação democrática armênia, em consonância com o paradigma da modernidade democrática, promete aos armênios uma oportunidade para se reinventar. Permite-lhes regressar ao seu lugar na pluralidade cultural do Oriente Médio. No caso em que eles renovem-se sob a nação democrática armênia, não só eles devem continuar a desempenhar o seu papel histórico dentro da cultura do Oriente Médio, mas eles devem também encontrar o caminho certo para a libertação.

6. Nos tempos modernos, os sírios cristãos (assírios) também sofreram o destino dos armênios. Eles também são um dos povos mais antigos do Oriente Médio. Eles compartilhavam uma área de assentamento com os curdos e também com outros povos. Como os armênios, sofreram repressão por parte da maioria muçulmana, abrindo caminho para o nacionalismo de estilo europeu entre a burguesia aramaica. Eventualmente, os sírios também foram vítimas de genocídio nas mãos dos turcos, sob a liderança do fascista Comitê de Unidade e Progresso (*Committee of Unity and Progress*). Os curdos colaboracionistas emprestaram uma mão amiga neste genocídio. A questão da sociedade nacional aramaica tem suas raízes na própria civilização, mas também tem se desenvolvido com o cristianismo e ideologias da modernidade. Para uma solução, é necessária uma total transformação dos aramaicos. Sua real salvação pode ser o rompimento com a mentalidade da civilização clássica e da modernidade capitalista e, em vez disso, abraçar a civilização democrática e renovar sua rica memória cultural como um elemento da modernidade democrática, a fim de reconstruir-se como uma "Nação Democrática Aramaica".

7. A história do povo judeu também dá expressão à problemática história geral da cultura do Oriente Médio. O exame cuidadoso do pano de fundo da expulsão, pogrom[4] e genocídio será importante para contra balancear o débito das civilizações. A comunidade judaica assumiu as influências das antigas culturas sumérias e egípcias, bem como aquelas de culturas tribais regionais. Ela tem contribuído muito para a cultura do Oriente Médio. Como os aramaicos, os judeus caíram vítimas dos acontecimentos extremos da modernidade. Neste contexto, os intelectuais de ascendência judaica desenvolveram um ponto de vista complexo em relação a estas questões. No entanto, isto, de longe, não é suficiente. Para uma solução dos problemas como eles existem hoje, uma apropriação renovada da história do Oriente Médio é necessária em uma base democrática. O Estado-nação de Israel está em guerra desde a sua fundação. O slogan é: olho por olho. O fogo não pode ser combatido pelo fogo, no entanto. Mesmo que Israel goze de segurança graças em relação ao seu apoio internacional, isso não é uma solução sustentável. Nada será permanentemente seguro, enquanto a modernidade capitalista não for superada.

O conflito palestino deixa claro que o paradigma do Estado-nação não é útil para uma solução. Houve muito derramamento de sangue; o que resta é o legado difícil de problemas aparentemente insolúveis. O exemplo Israel-Palestina mostra o fracasso completo da modernidade capitalista e do Estado-nação.

[4] Palavra russa que significa a morte e perseguição de pessoas e, simultaneamente, a destruição do ambiente em que estas vivem.

Os judeus pertencem a cultura principal do Oriente Médio. A negação do seu direito de existência é um ataque ao Oriente Médio como tal. Sua transformação em uma nação democrática, assim como para os armênios e aramaicos, faria sua participação em uma confederação democrática do Oriente Médio mais fácil. O projeto de uma "Confederação Democrática Leste-Egeu[5]" seria um começo positivo. Identidades nacionais e religiosas rígidas e exclusivas podem evoluir para identidades flexíveis e abertas no âmbito deste projeto. Israel também pode evoluir para uma nação mais democrática aberta mais aceitável. Embora, sem dúvida, os seus vizinhos também devam passar por essa transformação.

As tensões e os conflitos armados no Oriente Médio fazem uma transformação do paradigma da modernidade parecer inevitável. Sem ela, uma solução dos difíceis problemas sociais e questões nacionais é impossível. A modernidade democrática oferece uma alternativa para o sistema que é incapaz de resolver os problemas.

8. A aniquilação da cultura helênica na Anatólia[6] é uma perda que não pode ser compensada. A limpeza étnica organizada pelos Estados-nação turco e grego, no primeiro quarto do século passado, deixou a sua marca. Nenhum Estado tem o direito de retirar as pessoas de sua região cultural ancestral. No entanto, os Estados-nação mostraram sua abordagem desumana para com essas questões repetidamente. Os ataques contra as cultura helênicas, aramaicas, armênias e judaicas foram intensificadas enquanto o Islã se espalhou por todo o Oriente Médio. Este, por sua vez, contribuiu para o declínio da civilização do Oriente Médio. A cultura islâmica nunca foi capaz de preencher o vazio emergente. No século 19, quando a modernidade capitalista avançou para o Oriente Médio, encontrou um deserto cultural criado pela auto-infligida erosão cultural. A diversidade cultural também fortalece o mecanismo de defesa de uma sociedade. As culturas sem diversidade são menos robustas. Por isso, a conquista do Oriente Médio não foi difícil. O projeto de uma nação homogênea como propagada pelos Estados-nação promoveram seu declínio cultural.

9. Os grupos étnicos caucasianos têm também problemas sociais que não são insignificantes. Repetidamente, eles migraram para o Oriente Médio e estimularam suas culturas. Eles tem, sem dúvida, contribuído para a riqueza cultural. A chegada da modernidade quase fez esta minoria cultural desaparecer. Eles também iriam encontrar o seu lugar adequado em uma estrutura confederada.

Finalmente, deixe-me dizer mais uma vez que os problemas fundamentais do Oriente Médio estão profundamente enraizados na civilização de classes. Eles arroxaram a crise global da modernidade capitalista. Esta modernidade e sua pretensão de domínio não podem oferecer todas as soluções, sem mencionar a falta de uma perspectiva de longo prazo para a região do Médio Oriente. O futuro é o confederalismo democrático.

[5] Referente ao Mar Egeu, na fronteira entre a Europa e a península anatoliana.

[6] Península anatoliana ou Ásia Menor corresponde hoje a Turquia.